

## Na rota das mandingas: religiosidade negra e proteção mágica na Bahia colonial (séculos XVII e XVIII)

Diego Gouveia Santos<sup>1</sup>, Elisangela Oliveira Ferreira<sup>2</sup>

1. Graduando em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II; \* diegogouveia28@hotmail.com

2. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

Palavras Chave: Religiosidades Negras, Inquisição, Bolsas de Mandinga.

### Introdução

Na província da Bahia foram feitas denúncias sobre uso de elementos mágicos como amuletos protetores, mais precisamente bolsas de mandinga. O objetivo de nossa pesquisa foi mapear e analisar casos ou registros de indivíduos acusados de uso, confecção ou comercialização de bolsas de mandinga, além de outros relicários de poder comumente utilizados na época colonial. A bolsa de mandinga consistia em um “amuleto” em formato de saquinho, que continha ingredientes que protegiam contra armas, doenças e também como proteção espiritual. Estas continham vários elementos/ingredientes, entre os quais: olhos de gato, unhas, ossos, sangue, hóstia consagrada, orações escritas e pedras de altar da tradição católica. Conforme Mário Teixeira de Sá Junior, “as bolsas de mandinga representaram uma particularidade nas práticas de magia e feitiçaria no Brasil Colônia e, em especial, no século XVIII” (SÁ JUNIOR, 2012: 23).

### Resultados e Discussão

O principal instrumento de nossa análise foram denúncias reunidas nos Cadernos do Promotor, da Inquisição de Lisboa, referentes ao século XVIII, que por sua vez foi o período de maior observação de nosso objeto de estudo: as bolsas de mandinga. Salienciamos a importância do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que mantém sob sua guarda vários registros históricos, entre eles a documentação inquisitorial. A nossa análise se detém à Bahia colonial, embora nos deparemos com registros de outras capitanias. Através de um mapeamento nos Cadernos do Promotor, selecionamos algumas denúncias. Entre os casos analisados, destacamos a denúncia feita por Maria de Araújo, em 1728, em Salvador. Maria era uma mulher forra e casada. Ela denunciou que um escravo do coronel Joseph Pires de Carvalho (cujo nome ela não sabia) usava bolsa de mandinga. Ela relatou ter encontrado essa bolsa na loja de seu genro, Pedro do Carmo. As bolsas eram feitas pelo alfaiate Jorge Paes de Lacerda, homem branco que trabalhava junto com o filho dela, na referida loja. Seu filho, Dionísio Borges era um homem “preto” e alfaiate. O escravo levava a bolsa à loja para Jorge de Lacerda “temperar e dar virtude”. O soldado João Araújo foi quem abriu a bolsa a pedido da denunciante. Ela também acusava Jorge de Lacerda de confeccionar cartas de tocar com orações de São Cipriano. (ANTT, Cad. Prom. n.º 113, fl. 251).

Em outro caso, na cidade da Bahia (Salvador), em 1728, o comissário do Santo Ofício João Calmon recebeu a denúncia de José Martins da Fonseca. O denunciante era um oficial de alfaiate e soldado da companhia do capitão Dom Alves da Silveira. José Martins morava com outros soldados no bairro da Preguiça. Ele relatou ao comissário que um soldado da companhia lhe recomendou que comprasse uma bolsa de mandinga. O mandingueiro que confeccionava e vendia as bolsas era Anastácio Pereira, da Ilha de Itaparica. Anastácio sempre trazia consigo o amuleto e mesmo metido em várias brigas, nunca foi

ferido. O denunciante presenciou um soldado dar-lhe um golpe de baioneta, do qual escapou ileso (ANTT, Cad. Prom. n.º 113, fl. 253).

Foi recorrente a menção de uso de bolsas de mandinga por soldados, nos levando a pensar no uso social do amuleto. Analisando a relação entre “contexto militar” e soldado, a categoria corpo ganha dimensão. Entendemos que a bolsa passava a integrar o corpo, numa única composição, criando assim um invólucro, que resguardava o corpo de males, fossem sobrenaturais ou físicos (BETHENCOURT, 2004: 74). Nas denúncias pesquisadas há uso de orações na confecção das bolsas de mandinga. Para analisar o uso de orações escritas, tomamos como referência Marina de Mello e Souza. A autora explicita que antes da chegada dos europeus ao continente africano, já havia práticas de aglutinação de diversos elementos em um “amuleto” mágico-religioso. Tomamos esse exemplo para inferir na importância do registro escrito das orações na feitura/composição do complexo mágico, uma vez que o escrito congregaria a força de indivíduos ao longo do tempo (SOUZA, 2002).

### Conclusões

O uso das bolsas de mandinga se configurou como uma prática mágico-religiosa que tinha inúmeras funções para a sociedade colonial. Os objetivos de seus utilizadores eram vários e muitas vezes misturavam-se com os objetivos dos brancos e, deste modo, mostra-se como a sociedade baiana colonial era heterogênea. Em nossa visão, após a análise das denúncias, esses relicários são interpretados como elementos de origem católica que foram reelaborados a partir de um “viés” africano. Eles floresceram no Brasil, e também em outras regiões do Império ultramarino luso, obedecendo a um circuito atlântico. Ao fim, compreendemos que ao investigar esses registros históricos do passado, cai por terra a ideia de passividade e inferioridade africana e/ou negra.

### Agradecimentos

Agradeço à professora Elisangela Ferreira pelas orientações e pela paciência e dedicação com que conduziu a pesquisa. Sinto-me grato à UNEB e a PPG pelo programa de IC e à FAPESB pela concessão da bolsa.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, **Cadernos do Promotor**, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318017>.

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia**: feitiçeiros, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LAHON, Didier. Inquisição, pacto com o demônio e “magia” africana em Lisboa no século XVIII. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. As bolsas de mandingas e os embrulhos de feitiço no Mato Grosso setecentista. **Rev. Hist. UEG**, Goiânia, v.1, n.1, jan. /jun. 2012.

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico**: século XVIII. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo Negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Afro-Ásia**, v. 28, p. 125-146, 2002.